

AGÊNCIA GOV



PF apura possíveis fraudes em contratos públicos no Amazonas

PF apura possíveis fraudes em contratos públicos no Amazonas

A Polícia Federal, com o apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou, na última semana, a Operação Dinastia do Lago, com o objetivo de apurar a possível atuação de organização criminosa em fraudes licitatórias, desvio de recursos públicos, corrupção e lavagem de dinheiro relacionados à gestão municipal de Coari/AM.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), são cumpridas medidas cautelares em Manaus e em Coari, incluindo 29 mandados de busca e apreensão, além do afastamento de servidores. A investigação teve início após a apreensão de cerca de R\$ 1,25 milhão em espécie, transportados por três empresários em voo entre Manaus e Brasília/DF, em maio de 2025. As apurações apontam para a possível atuação coordenada entre empresários, agentes públicos e terceiros, com indícios de direcionamento de licitações.

Política Nacional de Minerais no Amazonas

Com a segunda maior quantidade de reservas de terras raras do Brasil, o Amazonas é um dos grandes interessados e afetados pela a lei que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na quarta-feira. As reservas de potássio do estado, como o polêmico estoque do mineral em Autazes (a 112 quilômetros de Manaus), também sofrem o impacto da nova legislação. A medida visa garantir a soberania sobre o uso desses recursos naturais.

DIVULGAÇÃO



A política prevê também mecanismos de financiamento

Reunião promove instalação da Comissão

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará) promoveu reunião de instalação da Comissão da Linguagem (CLSimples/TRE do Pará). Instituída pela Resolução nº 5.875/2026, tem como objetivo coordenar as ações de simplificação dos documentos e da comunicação do Tribunal. O encontro, em formato online, contou com a participação do presidente da Comissão, juiz Marcus Alan de Melo Gomes (titular) e do juiz federal da Corte Eleitoral, Domingos Daniel Moutinho da Conceição Filho (suplente).

Criação do TRT do Amapá avança

A criação de um TRT próprio para o Amapá teve um novo avanço. Após reunião no TST, a minuta do anteprojeto poderá ser analisada nas próximas semanas, o que aumenta o cenário de oportunidades em concursos TRT. A informação foi divulgada pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Amapá (OAB/AP), Israel Gonçalves da Graça, em publicação nas redes sociais.

Urna

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) iniciou, na última semana, a geração de mídias para as eleições. A etapa reúne dados de eleitores e candidatos em cartões de memória que serão usados na preparação dos equipamentos. Até 18 de setembro, o procedimento será concluído. De 21 a 24, ocorrerão a carga das informações.

Decisão

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indeferiu o registro de Edilson Damião (União) para deputado federal por Roraima. A decisão, do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, reformou entendimento do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. O relator considerou que Damião, então governador, deveria ter deixado o cargo até 4 de abril.

Eleição

O Ministério Público (MP) Eleitoral obteve decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) que proíbe o uso de carros de som, minitrios, paredões, alto-falantes e amplificadores estacionados para propaganda eleitoral. A medida vale para candidatos, partidos e federações nas Eleições 2026 e prevê multa de R\$ 5 mil por ato.

Operação

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Acre (SEE-AC), afirmou que colaborou integralmente com a Polícia Federal durante o cumprimento de uma diligência relacionada à Operação Death Note, deflagrada nesta quinta para investigar um possível esquema de desvio de recursos públicos federais destinados à educação no estado.

Ação da polícia

Duas pessoas foram presas em flagrante pela Polícia Federal após retirarem R\$ 2,5 milhões em espécie de uma agência bancária em Belém. Segundo a investigação, o dinheiro seria fruto de desvio de recursos públicos e destinado ao financiamento irregular de campanha eleitoral. Uma arma e outros materiais também foram apreendidos.

Esporte

A participação do Acre no Campeonato Brasileiro de Jovens de Atletismo terminou na última semana, com a conquista de mais duas medalhas, uma de ouro e uma de prata, no arremesso de peso e no lançamento de dardo, na pista de atletismo do Ibirapuera, em São Paulo (SP). Competindo na categoria sub-17, Thiago Silva sagrou-se campeão.

FERNANDO SETTE CÂMARA/AGÊNCIA PARÁ



Órgão recorreu a tribunal contra envio do processo

MPF pede pausa em licença de petróleo na costa paraense

Órgão quer manter ação no Pará e cobra consulta a comunidades

Da **Redação**

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) a suspensão imediata da licença que autoriza a Petrobras a perfurar petróleo no bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas. O órgão também quer que o processo permaneça na Justiça Federal no Pará e aponta impactos sobre comunidades tradicionais da costa do estado.

A Justiça Federal no Pará havia determinado o envio da ação para a Justiça Federal no Amapá, sob o argumento de evitar decisões conflitantes. No recurso, o MPF afirma que a competência deve considerar o local onde os danos ocorrem. Segundo o órgão, a logística da operação passa pelo Pará, com navios, resíduos e estruturas de apoio ligados ao empreendimento.

De acordo com os procuradores da República, 17 municípios paraenses integram a área de influência do projeto. Embarcações de apoio partem do porto de Belém e percorrem rotas de subsistência pelo arquipélago do Marajó e pelo litoral do estado.

O MPF também relata prejuízos apontados por famílias extrativistas e pescadores artesanais. Entre

os problemas estão danos a redes, afastamento de peixes pelo barulho e risco de acidentes marítimos. Para o órgão, os efeitos já ocorrem e não representam apenas uma possibilidade futura.

Na avaliação apresentada ao TRF1, a ação no Pará tem objeto diferente dos processos que tramitam no Amapá. O caso paraense questiona a ausência de estudos socioeconômicos e a participação de povos e comunidades tradicionais nas decisões relacionadas à exploração.

Como condição para a continuidade das atividades, o MPF pede consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais da costa paraense, conforme a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também solicita um estudo sobre a produção pesqueira e a renda das famílias, um plano específico de compensação financeira para a pesca artesanal e a revisão da área de influência do empreendimento.

O órgão afirma ainda que a Petrobras pretende perfurar quatro poços marítimos no bloco e manter operações até 2029. O pedido tramita no TRF1 por meio do Agravo de Instrumento nº 1036580-36.2026.4.01.0000.